

COMUNICAÇÃO ORAL

Subtema: Juventude, processos educativos e trabalho

A RELAÇÃO JUVENTUDE E EDUCAÇÃO NA HISTÓRIA DE VIDA DE DIFERENTES GERAÇÕES

Alix Vanessa Mascarenhas Lima Soares (mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana)

Denise Helena Pereira Laranjeira (coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana)

Introdução

A partir da análise do estado da arte sobre o tema *juventude* na pós-graduação brasileira, estudiosos da área têm apontado para a necessidade de que esforços sejam empreendidos no sentido de explorar o entendimento da categoria juventude a partir de um ponto de vista relacional, enfatizando-se as relações entre gerações e investigando-se suas diferenças e complementaridades a fim de se compreender melhor a condição juvenil. A presente pesquisa em desenvolvimento no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana vem ao encontro daquela demanda, pois tem como objetivo geral compreender a relação juventude e educação na história de vida de estudantes de diferentes gerações. Para isso, foram escolhidos como sujeitos de pesquisa estudantes jovens, adultos e idosos, alunos de uma escola municipal situada em um bairro periférico da cidade de Feira de Santana, Bahia. A modalidade EJA foi escolhida por constituir um espaço privilegiado de encontro entre pessoas que vivenciaram/vivenciam a juventude em diferentes gerações e contextos. Por ter como foco a percepção dos sujeitos, a pesquisa reveste-se de um caráter essencialmente qualitativo, privilegiando as seguintes etapas: a fase exploratória, o trabalho de campo, a análise e tratamento do material empírico e documental. A utilização da história oral representa uma novidade metodológica em relação às pesquisas já realizadas a respeito do tema, visto que tem sido prioritária a utilização de questionários e entrevistas para obtenção de informações junto aos jovens. São fundamentais para esta investigação os seguintes conceitos: **juventude**, priorizando-se conhecer o *status* do estudo acadêmico sobre essa categoria e dialogar com pesquisas já realizadas, **Educação de Jovens e Adultos**, com a intenção de explicitar o histórico da EJA e discutir sua situação na contemporaneidade e **geração**, considerando-

se a concepção clássica deste conceito e as discussões atuais sobre o tema das relações intergeracionais. Espera-se, através deste estudo, contribuir para a ampliação do campo de pesquisa sobre os jovens brasileiros, especialmente no que diz respeito à compreensão da relação juventude e educação, por meio de relatos orais de representantes de diferentes gerações. A seguir, apresentam-se algumas reflexões sobre as categorias que compõem o *corpus* teórico da pesquisa e que têm servido de fundamento para a análise dos dados e para a produção da dissertação em andamento.

O conceito de Juventude: primeiras aproximações

Desde a década de 1990, o tema *juventude* vem conquistando uma significativa visibilidade nos ambientes acadêmicos brasileiros, tornando-se tema de fervorosos debates especialmente no âmbito dos cursos de pós-graduação (SPOSITO, 2009). A pesquisadora Marília Sposito aponta uma tendência das pesquisas da área da Educação à incorporação de categorias sociológicas nas análises acerca do tema a partir de meados dos anos 90, criando-se condições para um diálogo fecundo e promissor entre os dois campos de conhecimento, “de modo a se constituir uma área sólida de investigação em torno dos estudos sobre juventude no Brasil” (SPOSITO, 1997, p. 51).

É consenso entre os pesquisadores da área o reconhecimento de que debater sobre a juventude exige que se reflita primeiramente sobre o conceito que se atribui a essa categoria. Neste sentido, o grande impasse que tem movido ardentes discussões entre os pesquisadores tem sido a discordância entre duas concepções antagônicas: uma que considera a juventude como um grupo social coeso, com características e interesses comuns, e outra que afirma que não se pode atribuir a todos os sujeitos que atravessam a fase de transição entre a infância e a idade adulta o *status* de grupo social, dadas as diferentes oportunidades que lhes são oferecidas neste período de suas vidas. Esse debate tem encontrado espaço especialmente no âmbito da sociologia da juventude, movendo pesquisas em diferentes países e incitando a inserção de muitos autores nas discussões acadêmicas. Segundo Weller (2007), a sociologia da juventude teve sua origem nos estudos de Karl Mannheim - sociólogo alemão que produziu seus escritos sobre a temática da juventude na década de 1920. Embora estrangeiro e tendo suas idéias sobre juventude divulgadas no início do século XX, Mannheim tem sido adotado pelos pesquisadores brasileiros contemporâneos como um clássico no tocante aos estudos sobre o tema (Peregrino, 2011).

Conforme afirma Peregrino (2011), Mannheim considera a juventude como um grupo social, e justifica que a posição marginal dos jovens nas sociedades modernas permite que lhes seja atribuído esse caráter. Não obstante essa concepção apresentada pelo autor, Weller (2007) discute o significado que Mannheim atribui à juventude na sociedade e o papel que a mesma desenvolve ou deveria desenvolver. Segundo a autora, o sociólogo alemão destacou em sua obra “a importância de compreendermos a juventude levando em consideração o contexto histórico, político e social no qual ela está inserida e de percebermos a relação entre juventude e sociedade em termos de reciprocidade” (WELLER, 2007, p. 13).

Importante sociólogo francês, Bourdieu (1983) também tem encontrado espaço entre as análises brasileiras a respeito do tema. Ele argumenta que considerar a juventude como unidade social dotada de interesses comuns e relacionar esses interesses a uma idade constitui-se uma manipulação, e chama a atenção para a necessidade de se analisar as diferenças entre as juventudes. Para ele, ao contrário do que acredita Mannheim, considerar a juventude como um grupo social homogêneo implica em desconsiderar as desigualdades que marcam as diversas formas de vivência desta etapa da vida pelos sujeitos, formas essas condicionadas por condições objetivas que interferem nos interesses e gostos adotados pelos mesmos.

Sobre este debate, o pesquisador português José Machado Pais (1990) concorda com Bourdieu em sua crítica à consideração da juventude como um grupo social e aponta como questão central da sociologia da juventude a necessidade de se explorar não apenas as similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens, mas principalmente as diferenças sociais que existem entre eles. Nessa direção, o autor baseia sua análise na crítica às duas tendências recorrentes nas análises sociológicas: à primeira, que considera a juventude como uma unidade social composta por indivíduos pertencentes a uma mesma “fase da vida” e à segunda, que considera a juventude como um conjunto social diversificado e que não admite que o mesmo conceito de juventude seja atribuído a “universos sociais que não têm entre si praticamente nada em comum” (PAIS, 1990, p. 140).

Pais (1990) coloca como desafio à sociologia a necessidade de desconstrução (desmistificação) de alguns aspectos da construção social (ideológica) da juventude que nos é dada como uma entidade homogênea. Ele defende o conceito de juventude enquanto uma categoria socialmente construída, elaborada no contexto de circunstâncias econômicas, sociais ou políticas particulares, e, por isso mesmo, sujeita a modificar-se

ao longo do tempo. Sua proposta é a de que a juventude seja olhada em torno de dois eixos semânticos: “como aparente *unidade* (quando referida a uma fase da vida) e como *diversidade* (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros)” (PAIS, 1990, p. 149).

O autor completa afirmando que

de fato, quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens operários, de jovens rurais ou urbanos, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados, estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente do da juventude enquanto referida a uma fase de vida (PAIS, 1990, p. 149).

Ele conclui seu argumento apontando que,

no primeiro caso, estamos em presença de um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase de vida, principalmente definida em termos etários; no segundo caso, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em situações sociais diferentes (PAIS, 1990, p. 150).

O desafio posto à sociologia da juventude é, segundo Pais (1990), dar conta das discontinuidades e rupturas que marcam a transição dos jovens “(...) ou, melhor, de determinados grupos sociais de jovens – para a vida adulta” (PAIS, 1990, p. 151). Para isso, torna-se necessário passar do campo semântico da juventude que a toma como unidade para o campo semântico que a toma como diversidade.

Juventude ou juventudes?

Ao apresentar os contributos da sociologia da juventude para o debate, Pais (1990) alerta que não há um conceito único capaz de dar conta dos campos semânticos associados à juventude. Para ele,

a diferentes juventudes e a diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias (PAIS, 1990, p. 151).

Ao discutir a constituição da juventude, Bourdieu (1983) afirma que as divisões entre idades são arbitrárias, e que a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades. O autor defende a tese de que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre jovens e velhos. A divisão entre eles é uma representação ideológica baseada em relações de poder que atribui aos

jovens papéis que condicionam o que devem fazer e o que devem deixar que os adultos façam, a exemplo da repartição dos poderes. Neste caso, os jovens devem deixar para os adultos as funções mais importantes de direção e detenção do patrimônio, dada sua maturidade e senso de responsabilidade (características não atribuídas aos jovens). O estabelecimento da juventude seria, então, uma estratégia para manter os jovens em seus “devidos lugares”: socialmente fora do jogo.

Assim, Bourdieu (1983) conclui que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, não sendo possível considerar a juventude como uma unidade social, um grupo constituído e dotado de interesses comuns, bem como relacioná-la a uma idade definida biologicamente.

Para representar a tradução desse debate no cenário sociológico brasileiro, pode-se citar a tese de Groppo (2000), que afirma que “não existe realmente uma ‘classe social’ formada, ao mesmo tempo, por todos os indivíduos de uma mesma faixa etária” (GROPPO, 2000, p. 7). Ao definir a juventude como categoria social, Groppo (2000) a considera simultaneamente como uma representação sócio cultural e como uma situação social. Para ele,

a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos (GROPPO, 2000, p. 7-8).

Citando as idéias de Cláudia Barcellos Rezende, Groppo (2000) afirma que a autora sugere o uso sociológico do termo juventude no plural, para que seja possível dar conta da diversidade de vivências relacionadas a essa fase. Para Groppo (2000), esta concepção aponta para a existência de grupos sociais concretos que compõem uma pluralidade de juventudes. De cada recorte sócio-cultural saltam, segundo ele, subcategorias de indivíduos jovens, com “características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios” (GROPPO, 2000, p. 15). É essa concepção plural de juventudes que tem perpassado os atuais debates acadêmicos no Brasil, no esforço de uma melhor compreensão dos sujeitos jovens.

Como exemplo disso, pode-se citar a delimitação instituída por Abramo (2005) que, para fins de estabelecimento de um recorte para determinação da amostra de uma pesquisa realizada no Brasil, considerou como jovens sujeitos pertencentes ao grupo etário entre 15 e 24 anos – intervalo que, no período de realização da pesquisa, constituía-se como convenção no país para abordagens demográficas sobre juventude.

Apesar de considerar o recorte, a autora alerta para a necessidade de se relativizar tais marcos,

uma vez que as histórias pessoais condicionadas pelas diferenças e desigualdades sociais de muitas ordens, produzem trajetórias diversas para os indivíduos concretos (ABRAMO, 2005, p. 46).

Vale ressaltar que o debate atual sobre o tema tem considerado o intervalo etário entre 15 e 29 anos para estudos sobre os jovens – período utilizado como referência pelos documentos norteadores das políticas públicas para a juventude no Brasil (BRASIL, 2010). Destaca-se, contudo, que as análises sobre a condição juvenil realizadas nos últimos anos têm procurado levar em conta as representações dos próprios sujeitos acerca do que é ser jovem e procurado compreender como a condição juvenil é vivenciada por cada um através da investigação das variáveis que interferem em suas trajetórias de vida.

Educação de Jovens e Adultos: da colônia ao século XX

Ao apresentar uma visão panorâmica das iniciativas voltadas à educação de jovens e adultos em seu caráter escolar no Brasil, Haddad e Di Pierro (2000) analisam essas ações desde a chegada dos portugueses, dando especial ênfase àquelas implementadas no decorrer do século XX. Os autores relembram que, desde o período colonial, os adultos já eram alvo de iniciativas de escolarização, com vistas à sua evangelização e preparação para o trabalho necessário à manutenção da colônia.

Apesar de ressaltar a quase ausência de iniciativas voltadas à escolarização de jovens e adultos no período imperial, os autores apontam que, no campo jurídico, a garantia de uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, estabelecida na primeira Constituição Brasileira (1824) fez nascer também para os adultos o direito a uma escolarização básica. Os autores lamentam, porém, o fato de essa garantia ter permanecido como mera intenção por um longo período da história.

Analisando o período da Primeira República, os autores denunciam o descaso da União no tocante ao ensino elementar, inclusive no que dizia respeito à educação da população adulta, analfabeta em sua maioria, mas relatam a grande quantidade de reformas educacionais que, não obstante suas limitações, procuravam combater a precariedade em que se encontrava o ensino básico no período. Apesar das boas intenções, grande parte dessas reformas não produziram efeito algum, dadas suas limitações

orçamentárias. Para comprovar essa afirmação, Haddad e Di Pierro (2000) afirmam que “O censo de 1920, realizado 30 anos após o estabelecimento da República no país, indicou que 72% da população acima de cinco anos permanecia analfabeta.” (Haddad e Di Pierro, 2000, p. 110).

Apesar de, a partir da década de 1920, o movimento em favor da ampliação do número de escolas e da melhoria de sua qualidade ter iniciado o estabelecimento de condições favoráveis à implementação de políticas públicas para a educação de jovens e adultos, somente a partir da década de 1940, segundo os autores, esta passou a ser tratada como um problema de política nacional. Vale ressaltar que a atenção dispensada à escolarização de jovens e adultos neste período estava intimamente relacionada com o interesse do Estado em promover, dentre outras coisas, a qualificação mínima necessária à inclusão dessa população no mercado de trabalho, de forma a contribuir para os projetos de desenvolvimento nacional do governo federal.

Haddad e Di Pierro (2000) apontam o período de 59 a 64 como um período de luzes para a educação de jovens e adultos, quando passa a se discutir as particularidades da educação de jovens e adultos em relação à educação de crianças, tendo como grande expoente o educador Paulo Freire. Sobre esse período, Paiva (1973) afirma que o mesmo marcava

(...) o início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação na vida política da Nação. (PAIVA, 1973, p. 210).

Data deste período a grande incidência de movimentos, campanhas e programas voltados para a educação de adultos, dentre os quais Haddad e Di Pierro (2000) destacam:

(...) o Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estabelecido em 1961, com o patrocínio do governo federal; o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961; os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da UNE; a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal; o Movimento de Cultura Popular do Recife; e, finalmente, em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, que contou

com a presença do professor Paulo Freire (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p. 114).

Com o golpe militar de 1964, essas ações, em grande parte financiadas ou apoiadas pelo Estado, sofreram uma interrupção fruto da ruptura política “em função da qual os movimentos de educação e cultura populares foram reprimidos, seus dirigentes, perseguidos, seus ideais, censurados” (Haddad e Di Pierro, 2000, p. 113). Enquanto as ações de “educação popular”, eram reprimidas alguns programas de caráter conservador foram consentidos ou mesmo incentivados pelo governo militar, a fim de preencher os espaços deixados pelos movimentos de cultura popular. Os autores apontam como preocupação do governo militar ainda o fato de que, “Perante as comunidades nacional e internacional, seria difícil conciliar a manutenção dos baixos níveis de escolaridade da população com a proposta de um grande país, como os militares propunham-se construir” (Haddad e Di Pierro, 2000, p. 114). Para tais preocupações, o governo apresenta como resposta, dentre outras ações, a fundação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) em 1967, que tornou-se profundamente identificado com a ideologia e as práticas do regime autoritário. Diante de sua qualidade duvidosa e de seu caráter domesticador, o MOBRAL foi banido no período da Nova República, sendo substituído pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, em 1985. Segundo (Haddad e Di Pierro, 2000) o processo de redemocratização política pelo qual o país foi submetido no período deu lugar a um processo de “revitalização do pensamento e das práticas de educação de jovens e adultos”, que refletiu-se na Assembléia Nacional Constituinte. Para os autores,

Nenhum feito no terreno institucional foi mais importante para a educação de jovens e adultos nesse período que a conquista do direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente de idade, consagrado no Artigo 208 da Constituição de 1988 (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p. 120).

Avaliando a atenção dispensada pelo Estado à educação de jovens e adultos na última década do século XX, Haddad e Di Pierro (2000) concluem que a inclusão da educação de jovens e adultos na nova Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (9394/96) não representou grandes avanços para a mesma, já que

A seção dedicada à educação básica de jovens e adultos resultou curta e pouco inovadora: seus dois artigos reafirmam o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico adequado às suas condições peculiares de estudo, e o dever do poder público em oferecê-lo gratuitamente na forma de cursos e exames supletivos. A única novidade dessa seção da Lei foi o rebaixamento das idades mínimas para que os candidatos se submetam aos exames supletivos, fixadas em 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p. 122).

Como uma das características marcantes da educação de jovens e adultos nas últimas décadas do século XX, os autores salientam o crescimento da população juvenil, que atribui uma nova identidade à esta modalidade e traz novas demandas e desafios para o século XXI. As ações destinadas à educação de jovens e adultos neste início de novo século não serão aqui apresentadas, mas serão foco de análise da pesquisa ora realizada.

Conceito de geração e as relações intergeracionais no contexto da escola

Após fazer um breve apanhado histórico sobre o conceito de geração no pensamento sociológico, Feixa e Leccardi (2010) apresentam o conceito de geração social que, baseado nas idéias de Abrams e Mannheim, é concebido como resultado de um processo de fusão e de transformação do tempo biográfico e do tempo histórico. As autoras discorrem ainda sobre o conceito de consciência geracional, que envolve a consciência da proximidade/distância entre gerações familiares e “favorece o crescimento da consciência de si como uma pessoa separada e única” (FEIXA E LECCARDI, 2010, p. 194).

É importante ressaltar que o fato de estar vivendo em um mesmo tempo cronológico não significa, necessariamente, fazer parte de uma mesma geração, conforme discutido por Weller (2007), que traz as idéias principais de um dos pioneiros nos estudos sobre geração: Karl Mannheim. Conforme a autora, Mannheim chamava a atenção para o fato de que diferentes grupos etários podem vivenciar tempos interiores distintos em um mesmo período cronológico. Essa idéia refere-se ao que a autora apresenta como a “não-contemporaneidade dos contemporâneos” – uma das categorias centrais do pensamento de Mannheim.

Para discutir sobre juventude e relações intergeracionais, pode-se adotar como importante referência a pesquisa realizada por Dayrell (2011), que trouxe observações relevantes quanto à interação entre jovens e demais grupos geracionais, especialmente no contexto da escola. O autor aponta como descoberta de sua pesquisa a observação de que o contexto intergeracional constitui-se tanto como fator de estranhamento entre

estudantes de diferentes gerações quanto como facilitador do processo de escolarização para os mais jovens. Conforme depoimento de jovens entrevistados, a convivência escolar com adultos e idosos favorece a aprendizagem, uma vez que propicia maior concentração durante as aulas e na realização das atividades.

O autor concluiu que, para os jovens, o sentido da escola oscila entre fator determinante para a realização de um projeto profissional e uma imposição para se conseguir um lugar no mercado de trabalho. Outro achado importante constitui-se no fato de que, em sua maioria, os jovens consideram-se culpados pelo seu insucesso escolar, considerando-se um elemento estranho ao ambiente da escola quando retoma a conclusão de seus estudos na Educação de Jovens e Adultos.

A partir das observações de Dayrell (2011), pode-se concluir a necessidade de restituir ao jovem a noção de pertencimento ao ambiente escolar, devendo todo o currículo estar voltado para sua inclusão como sujeito de direito da educação que lhes é disponibilizada, a fim de que a juventude não seja invisibilizada na vida escolar, como critica Camacho (2004). A autora, que teve um de seus artigos discutidos neste eixo temático, chama a atenção para a inadequação da escola no tratamento aos estudantes jovens, que tem resultado em impactos como a não identificação destes com a escola e dificuldades no entendimento entre jovens estudantes e educadores.

Baseada nas idéias de outros autores, Camacho (2004) apresenta uma importante distinção entre condição e situação juvenil, definindo a primeira como o “modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo de vida” (CAMACHO, 2004, p. 331) e conferindo à segunda o status de tradutora dos “diferentes percursos que a condição juvenil experimenta a partir dos mais diversos recortes: classe, gênero e etnia”. (CAMACHO, 2004, p. 331). Assim, é importante que a escola, enquanto espaço de formação, considere não apenas a condição juvenil, mas esteja sensível à situação juvenil de seus estudantes, a fim de atender de forma concreta suas necessidades e expectativas.

Considerações transitórias

Apesar de ainda em processo de análise, as categorias aqui apresentadas têm contribuído para o enriquecimento da pesquisa em execução no sentido de lançar luzes às análises dos sujeitos, espaços e processos envolvidos nesta investigação que, embora em sua fase inicial, já traz às pesquisadoras envolvidas novos olhares a respeito das relações tecidas entre jovens, adultos e idosos no contexto de sala de aula, com foco nas

relações que envolvem os aspectos intergeracionais. Certamente as vivências desses sujeitos serão melhor interpretadas e interpeladas a partir destas primeiras aproximações teóricas, que representam um marco inicial num processo longo de reflexão e diálogo entre os achados teóricos e as evidências empíricas que começam a se desvelar, no sentido de se proceder uma justa interpretação das relações estabelecidas entre as diferentes juventudes e a educação, a partir das histórias de vida das diferentes gerações.

Referências

ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. *In*: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

BOURDIEU. A juventude é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: MarcoZero, 1983.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. A invisibilidade da juventude na vida escolar. **Perspectiva**, v. 22, n. 02, jul-dez/2004, p. 325-343.

DAYRELL, Juarez e MAIA, Carla Linhares. Juventude e relações intergeracionais na EJA: apropriações do espaço escolar e sentidos da escola. *In*: SILVA, Isabel de Oliveira e, LEÃO, Geraldo. **Educação e seus atores: experiências, sentidos e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FEIXA, Carles e LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, mai-ago/2010, p. 185-204.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, p. 108-130, mai-ago 2000.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise social**, v. XXV, 1990, p. 139-165.

PAIVA, V.P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PEREGRINO, Mônica. Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 275-291, maio-ago/2011.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 06, p. 37-52, set-dez/1997.

SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira:** Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2009. Volume 1.

SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira:** Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2009. Volume 2.

WELLER, Wivian. **Karl Mannheim: um pioneiro da sociologia da juventude.** XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife: UFPE, 2007.